

O processo de revisão do Plano Diretor em Catanduva

Após 5 anos de vigência, é revisto o Plano Diretor Participativo de Catanduva – LC nº 0355/2006 – aprovado e agora, revisado, sob luz da Lei Federal 10.257/2001, conhecida como “Estatuto da Cidade” e conforme processo regulamentado pelo Conselho Nacional das Cidades que é vinculado ao Ministério das Cidades.

Para isto, no dia 21 de março de 2011, reuniu-se o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) na EMEF Octacílio de Oliveira Ramos, para programação do cronograma, das fases para sua revisão, de sua metodologia e dos locais onde os eventos ocorreriam. O calendário foi amplamente divulgado e a memória de todo processo foi sendo alimentada no site da Prefeitura.

Após isto foram 8 reuniões para leitura comunitária, em diferentes regiões da cidade - conforme previsto no Estatuto das Cidades e Plano Diretor Participativo - envolvendo territórios e segmentos da sociedade civil. O material produzido permitiu o avanço para as outras fases.

No dia 27 de junho deste ano, no auditório da Secretaria da Educação, foi feita consulta pública à comunidade. Neste evento foram apresentadas as primeiras propostas para revisão do Plano Diretor: objetivos, macrozoneamento, zonas especiais e áreas especiais. A população pode se manifestar sobre o assunto finalizando uma nova etapa de revisão do Plano.

A partir de então se redigiu o projeto de minuta de lei que altera o Plano Diretor. Além de disponibilizar o material na Internet, foram impressos 60 cadernos que foram distribuídos, a partir do dia 22 de agosto de 2011, ao CMDU, à Câmara de Vereadores, à Promotoria Pública e à Imprensa. Neste material houve cuidado em deixar em evidência as alterações propostas.

Dia 26 de setembro do mesmo ano, a partir das 19:00 horas, houve audiência pública – também no auditório da Secretaria de Educação - onde as alterações foram votadas uma a uma pela população. Devido à hora avançada, na própria audiência ficou acordado que seu prosseguimento ocorreria na próxima semana, no mesmo local e no mesmo horário.

Este adiamento da votação também ocorreu pelo impasse criado no processo de votação onde os presentes não acordaram entre si sobre os Artigos 237 e 238 que dizem respeito às garantias e ao registro dos loteamentos. Desta forma houve a possibilidade que o assunto seja mais bem estudado por todos para o próximo evento.

Sendo assim, até a presente data, houve 12 encontros em diferentes locais da cidade, onde participaram aproximadamente 350 pessoas. Estes encontros foram divulgados por meio de panfletos, imprensa oficial, Internet, jornal; como também foram encaminhados por volta de 170 ofícios para os principais agentes envolvidos – CMDU, Câmara e Promotoria.

Para finalizar o processo de revisão do Plano, foram votadas todas as alterações propostas individualmente, durante 2 Audiências Públicas – realizadas nos dias 26 de setembro e 3 de outubro do presente ano.